

1. INTRODUÇÃO

As decisões políticas que envolvem o território do turismo abrem fossos assimétricos para os países mais pobres e convalidam simetrias que favorecem àqueles de maior concentração de rendas.

Aplicar investimentos e pensar a política do turismo acontece desde a década de 60 nos países ditos desenvolvidos – Espanha e França – e se desloca para os países da América Latina, especialmente o Brasil, em meados da década de setenta. Planos, programas e projetos são desenvolvidos sem adequar à realidade nacional. Forjam teorias, a exemplo de polos de crescimento aplicados às indústrias, e as transportam para a área de turismo sem o devido zelo por aqueles que receberiam a carga do possível desenvolvimento – a comunidade local.

Os planos e programas, tradicionalmente, foram gerados de forma autocrática, determinados por fatores externos da política pública do Estado, com definições por agências multilaterais e não definidos por seu caráter nacional.

O turismo como atividade econômica e de apropriação do espaço desenvolve-se mediante esse contexto, que privilegia as áreas naturais e culturais atentando-se para os interesses mercadológicos. O litoral de Sergipe, como todas as regiões do Nordeste, foi eleito para alavancar o desenvolvimento principalmente dos centros urbanos e rurais que tinham potencialidades e perspectiva de atrair uma demanda significativa, principalmente para atender a uma fatia de mercado estrangeiro em detrimento do doméstico.

Essa decisão ocorre em direção contrária ao que se determinam as agências financeiras – participação da sociedade – e fere os princípios dos interessados: as comunidades locais (sujeitos do processo), onde se dá o processo organizativo dos agentes sociais e o conhecimento, diante das contradições do Estado na intermediação do desenvolvimento do turismo.

Reconhece que, tradicionalmente, o setor de serviços não tem sido tratado na mesma medida que os outros setores da economia, desde os primórdios dos economistas pré-clássicos – mercantilistas e fisiocratas – e clássicos. Entretanto, nas últimas décadas os serviços são considerados importantes para o pensamento econômico, principalmente para as economias subdesenvolvidas, através de uma maior participação no Produto Interno Bruto-PIB e no emprego. Nesse sentido, o turismo, como alternativa de desenvolvimento, se insere tardiamente para estes países, talvez, por isso, legitime em parte o processo lento de desenvolvimento dessa atividade para os países da América Latina e, particularmente, para o Brasil.

Justifica-se, por conseguinte, a abordagem da referida temática, pela escassez de pesquisas mais específicas e no desejo de tentar contribuir com o objeto de estudo do turismo, privilegiando o campo da geopolítica, em particular da Geografia, em geral, na perspectiva de encontrar caminhos para superação da pobreza. Considera-se como universo de estudo a categoria de análise região, e, para compreender os efeitos das políticas de turismo, concretiza-se o estudo na comunidade, palco das relações e reflexos dos investimentos (o objeto).

Nesse sentido, o Polo Costa dos Coqueirais, situa-se na região do litoral sergipano, foi escolhido prioritariamente pelo Estado para implementar a infraestrutura turística, com o intuito de carrear investimentos para o setor. A princípio se pensou nos principais portões de entrada, a capital de Sergipe, Aracaju, e São Cristóvão, por ser a quarta cidade mais antiga do país. Estende-se a outros municípios do Estado localizados estrategicamente como centros difusores da economia e que apontavam, naquela oportunidade, para possibilidades de crescimento econômico, a exemplo do litoral sul, pois o norte que se apresentava com mais problemas no que diz respeito à moradia, saúde, trabalho, educação e por carência na acessibilidade ao município, não foi incluído ou parcialmente incluído.

Diante disso, no intuito de clarear as justificativas expostas, *mister* se faz a historiografia do uso de recursos externos e internos, pelo Estado, para alavancar o desenvolvimento do turismo no polo.

Acreditava-se, na década de 1990 e mais precisamente a partir de 1994, que as ações do PRODETUR/NE *versus* investimentos multilaterais contraídos pelos Estados nordestinos trariam mudanças significativas nessa região, especialmente para o Estado de Sergipe. O discurso era de que os empréstimos contraídos alterariam estruturalmente a vida das populações locais, tanto no que diz respeito ao aumento de postos de trabalho formal e informal e rendas, quanto na infraestrutura (saneamento, estradas, entre outros).

Paralelamente a essa proposta, havia outros programas com promessas de recursos na construção de moradias, equipamentos, contratação de professores e melhoria nos prédios escolares para atender efetivamente à educação. A saúde também seria contemplada através de mais postos de saúde, um hospital regional mais equipado que atendesse ao turista que lá aportava e para o cidadão do lugar. Não se entende (lá se vão quase vinte anos) o porquê dessa ida e vinda de recursos sem efetivamente passar por essas transformações estruturais ou por essas melhorias em diferentes municípios do polo.

Não obstante as regiões turísticas terem sido definidas (2002-2005) de forma mais abrangente, pois a região do litoral já se constituía estratégica desde a década de 1990, mais precisamente em 1994-2001; o governo estadual, nessa época, se dispôs a diagnosticar as potencialidades existentes e ampliar os investimentos aos demais municípios do Estado, transformando-os em centros regionais.

O espaço público do Polo Costa dos Coqueirais, localizado no litoral sergipano, recebe a partir de então recursos internacionais, principalmente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aplicados no Estado e no Nordeste do Brasil. Esses recursos tinham a finalidade de criar polos de turismo, calcados, sobretudo, na chamada potencialidade natural da região, pois sua extensão de costa é de aproximadamente 3.300 km², representativa para a pequena extensão territorial.

O Brasil é sócio majoritário e membro mutuário, faz parte dessa promoção de desenvolvimento social e econômico. Para deflagrar tal ação, toma-se por referência a teoria dos polos de crescimento do economista Francês François Perroux (1955). Geograficamente, os polos são considerados centros para geração e difusão espacial de inovações e podem ser aplicados em áreas supranacionais e nacionais. Sergipe insere-se nesse modelo internacional de desenvolvimento do turismo.

Sendo assim, o interesse desta pesquisa aponta para três eixos analíticos.

O primeiro se refere às inversões *ideológicas* que constitui a base política acerca dos investimentos na infraestrutura do litoral sergipano (prioridades delineadas), com perspectiva de atrair investidores e, conseqüentemente, introduzir melhoria à população.

O segundo, os *representantes da sociedade do turismo*, fazem parte do Conselho do Polo, é uma das exigências do BID para o repasse dos recursos. São as bases de apoio e de negociação: empresários do setor turístico, prefeitos, gestores públicos das mais diversas pastas, instituições técnicas e tecnológicas, universidades públicas e privadas que têm cursos na área de turismo, ONGs, entre outros.

O terceiro, os investimentos *pragmáticos* são os agentes sociais, líderes que tentam e atuam para pressionar o Estado administrativo e financeiro ante os compromissos assumidos com trabalho e renda. Criam-se entre eles bases territoriais de apoio aos seus pequenos empreendimentos, através de associações e cooperativas de agropecuária, de artesãos, de pescado, de apicultores e de luta por terras.

Considerando as alternâncias de intervenção e de formulação ativa de políticas do Estado e períodos com maior predomínio do mercado, a questão fundamental é: **seria**

possível diminuir os efeitos contraditórios dos investimentos turísticos no polo, na perspectiva de superação da pobreza?

A questão geral desdobra-se em:

1. A relação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil se constitui num espaço de apropriação e de transformação do Polo Costa dos Coqueirais, em Sergipe?
2. As formas de intervenção dos órgãos de investimentos internacionais, mais particularmente o BID, revelam uma redução da pobreza na região do Polo?
3. Qual tem sido o papel do PRODETUR/SE em suas ações locais no processo de desenvolvimento do turismo em Sergipe, nas duas últimas décadas?
4. Qual o grau de comprometimento dos gestores públicos e da sociedade civil no processo de articulação e participação no desenvolvimento do Polo Costa dos Coqueirais?

Os municípios sergipanos que integram o objeto da pesquisa estão visualizados na figura 1, a seguir.

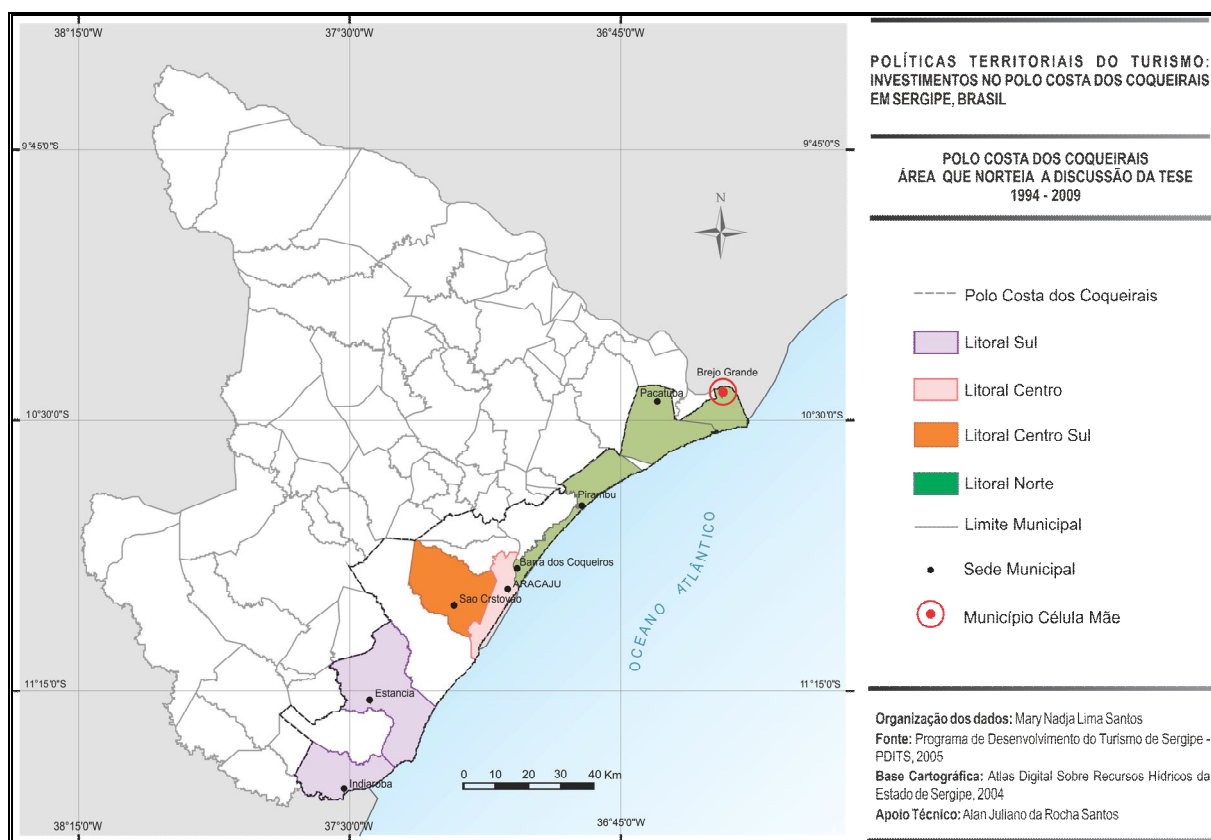


Fig. 1 - Área que norteia a discussão da Tese

Fonte: Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo em Sergipe-PDITS, 2005 (Adaptado).

Diante disso, o presente estudo pretende analisar as políticas territoriais de turismo no espaço público do Polo Costa dos Coqueirais e o papel do Estado na implementação dos investimentos para superação da pobreza em Sergipe, nas duas últimas décadas.

Especificamente busca:

- Revisar a literatura pertinente ao tema com a finalidade de desenvolver uma base teórica que dê sustentação a tese;
- Avaliar as políticas de turismo que incidem no Polo Costa dos Coqueiros;
- Mapear os investimentos das agências multilaterais aplicados no Polo;
- Estabelecer relações entre o Estado, mercado e sociedade civil, na perspectiva de encontrar alternativas de desenvolvimento local;
- Analisar a dinâmica socioprodutiva e comercial do Polo Costa dos Coqueirais;
- Avaliar as conquistas da população no enfrentamento da pobreza;
- Sugerir ferramentas de uma matriz territorial de turismo comunitário, com base no diálogo construído com as comunidades pesquisadas.

Os capítulos que seguem tratam de:

O capítulo 2 anuncia as teorias e teóricos que conduzem a tese. A teoria de análise geográfica fornece o lastro condutor da tese, aliada às categorias de análise – região e território. Para realizar esse estudo utiliza-se como estratégia a pesquisa-ação e participante, complementada pelos instrumentos de análise socioeconômicos (quantitativo), agregando ainda os aspectos do método hermenêutico – na busca dos relatos de vivência, que descrevem a experiência total do vivido e do humano. Essa escolha contribui com aquilo que é de uso comum e contraditório do ser, de modo a formar uma dualidade de uso interpretativo-dialético. De posse desse lastro, determinam-se as dimensões de estudo e desenvolvem-se as proposições que dão o caráter objetivo da tese. As técnicas e instrumentos de análise conferem na demonstração do diagrama (síntese) o uso do território do turismo. O método e a técnica, portanto, apoiam-se num estudo de realidade e de participação cidadã e possibilitam apresentar ferramentas de uma matriz territorial em bases comunitárias.

O capítulo 3 desenvolve-se, *a priori*, acerca do Estado, através dos seus aspectos conceituais no contexto moderno e contemporâneo. Compreender o seu papel emblemático na mundialização do capital teve efeito simultâneo: um Estado enfraquecido (submisso) e, ao mesmo tempo, fortalecido no que determina o mercado no combate às crises financeiras; integrando-os aos investimentos subutilizados – do ponto de vista da melhoria das condições de vida da população local – pelo Brasil, através das agências multilaterais (BID, BIRD).

Ainda no contexto do mesmo capítulo são abordadas as linhas de desenvolvimento endógeno, com vistas a buscar instrumentos mais recentes e extrair dessas propostas os canais de participação popular. As categorias de análise da geografia foram relevantes, especialmente no tocante ao território do turismo, pois possibilitou uma configuração de proposta da matriz, representada na forma de figura nº 76.

Outras áreas são visitadas, quais sejam: a economia, a política e o social. Essas apóiam a discussão, visto que o turismo, por possuir um caráter multifacetado e interdisciplinar provoca um adensamento de análise sobre essas ciências mencionadas. Ademais, os caminhos foram desenvolvidos nos campos teóricos e empíricos e, na tentativa, procurou alcançar os resultados quali-quantitativos das seções subsequentes.

O capítulo 4 trata das potencialidades turísticas do litoral sergipano. As imagens traduzem uma realidade de elementos comuns como à vegetação, o clima, os rios, as praias, entre outros, mas também daqueles que se diferenciam. Esses são ilustrados por cartogramas e em fotos-documentais que, do ponto de vista do turismo, se tornam as imagens estéticas.

O capítulo 5 avalia a dinâmica das políticas intervencionistas nos espaços internacionais e regionais de turismo e meio ambiente, bem como o mapeamento dos investimentos aplicados através do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-NE), em suas ações locais. Traz também os procedimentos metodológicos das instituições multilaterais para fornecer os empréstimos para redução da pobreza. É importante ressaltar que essas concessões estariam condicionadas, aos critérios preestabelecidos por elas, particularmente o BID. O centro da questão remete às políticas para o turismo em Sergipe e ao modelo imposto por essas agências.

O capítulo 6 refere-se à análise quantitativa, que demonstra com seus gráficos, tabelas e mapas, a realidade social e econômica dos municípios. Mostra ainda que as oficinas coparticipativas realizadas no Polo Costa dos Coqueirais, ponto central do desenvolvimento deste estudo, tiveram também um efeito substantivo para os envolvidos (moradores antigos, líderes, gestores públicos e privados), no processo de análise e dos dados levantados acerca dos problemas e soluções apontadas por eles; esses resultados foram sistematizados em quadros emblemáticos. Além desse estudo de realidade, confeccionaram-se gráficos que identificam o perfil dos entrevistados; extrai-se do grupo estratégico do Polo a percepção de seus integrantes acerca do tema e soma-se, assim, a segunda parte de análise. Ademais, essas estratégias corroboram as proposições-chave do ponto de vista regional e local do mencionado polo.

O capítulo 7 confere as principais conclusões e apresenta ferramentas em forma de matriz territorial do turismo, em bases sustentadas no decorrer das oficinas e apontadas nas discussões pelos agentes e sujeitos. Esse fechamento é uma tentativa de corresponder aos anseios e perspectivas das comunidades copartícipes desse processo de investigação.

Em função dessa apresentação, o diagrama a seguir vislumbra a discussão desta pesquisa; além disso, evidencia a coerência entre as dimensões de análise e a correlação com os capítulos da tese.

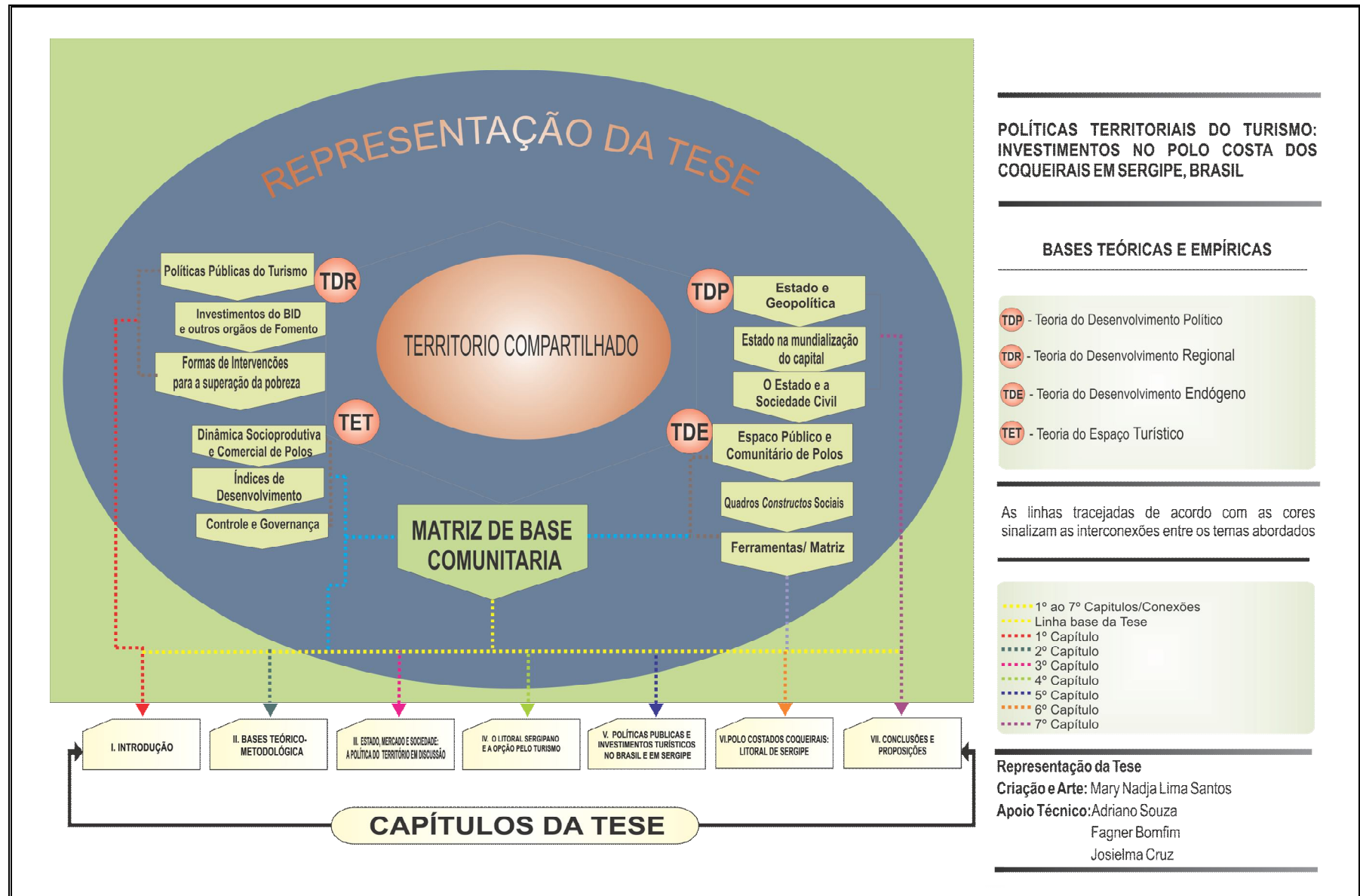


Figura 2 – Representação da Tese
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.